



Mediação Jornalística, Conservadorismo Político e Transição Negociada: A Coluna do Castello e Os Limites Da Anistia No Brasil (1979)¹

Layanna Cristina Lourenço de AZEVEDO²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

Este trabalho visa a analisar a coluna do jornalista Carlos Castello Branco no Jornal do Brasil, conhecida como Coluna do Castello. Tal análise será feita sobre o ano de 1979, mais especificamente em relação ao papel exercido pelo jornalista na discussão sobre anistia política no Brasil. Parte-se do pressuposto de que o colunista foi um agente de relevo na mediação entre Estado e elites políticas, tendo sido a Coluna do Castello um espaço de interlocução fundamental para a conciliação da sociedade brasileira após o anúncio da abertura política do regime militar brasileiro (1964-1985).

Palavras-chave: Regime Militar; Carlos Castello Branco; Jornal do Brasil; Anistia.

Este artigo faz parte dos primeiros passos de uma pesquisa mais ampla, que visa a compreender as múltiplas relações entre imprensa e sociedade no Brasil, tendo como foco a coluna política de Carlos Castello Branco (Jornal do Brasil) durante o período de transição do regime autoritário para o regime democrático (1974-1985). A questão específica que se coloca é a maneira na qual a imprensa – e neste estudo, em particular, Carlos Castello Branco - se configura como um agente de relevo na relação mais ampla entre sociedade política e sociedade civil, em torno da qual se construiu um projeto pactuado de transição, negociado entre as elites.

Assim, um dos objetivos deste artigo é perceber de que maneira a coluna oferece interpretações da política, apesar dos critérios de objetividade do jornal - buscando perceber que tipo de escopo ideológico deu suporte as mesmas³. Parte-se da hipótese de que a coluna está inserida na lógica de uma cultura de elite, sendo o jornalista Carlos Castello Branco um mediador capaz de atuar no sentido de formar consensos entre

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM-UFF. E-mail: layanna.rj@gmail.com

³ Stuart Hall define ideologia como os referenciais mentais, linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistema de representação, que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como uma sociedade funciona. Trabalhando dentro de uma perspectiva marxista, a questão seria então, seguindo a trilha de Hall, investigar como um conjunto particular de idéias se estrutura e contamina o pensamento social de um segmento social que passa a se identificar como grupo mais homogêneo em termos de pensamento e atitudes, disponibilizando-o para ação política. (HALL, 2003, p. 267 e 268).



determinados grupos sociais interessados em manter o processo de transição dentro da forma capitalista, entre eles, os donos de jornais conservadores⁴.

Para atingir tal propósito, será feito um pequeno recorte temporal e a coluna será analisada apenas em alguns episódios do ano de 1979, mais especificamente no que tange a questão da anistia. Tal recorte se justifica pelo fato de a concessão da anistia ter sido um momento chave do processo de redemocratização no Brasil e por ter, entre outras questões, gerado disputas entre as elites preocupadas com o processo de distensão e, conseqüentemente, com o grau de abertura política requerida para que o mesmo se mantivesse nos moldes de uma sociedade liberal de mercado.

Faz-se necessária aqui uma observação sobre a noção de elite. Ela é entendida em seu caráter histórico, como grupos de classe média escolarizados, que participam em diferentes momentos do debate político no país. Após a década de 1930 e durante o governo de Getúlio Vargas, há um crescente processo de formação de grupos profissionais com nível superior. No Brasil, a regulamentação das profissões e a exigência de formação acadêmica constituíram-se como recursos fundamentais para atuar na esfera política.

O Estado teve importância fundamental na delimitação de fronteiras profissionais, tendo elaborado as leis de reconhecimento profissional, para garantir pela técnica uma maior conformação do aparelho estatal. Os próprios jornalistas reivindicavam sua condição de elite, argumentando que cabia a eles a organização da nação (PETRARCA, 2010: p. 85). Após o golpe civil-militar houve uma intensificação dessa lógica. Uma série de tecnocratas e tecnoempresários passam, inclusive, a atuar nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado (DREIFUSS, 2006: p. 79 e 80), ampliando este processo que se iniciou na década de 1930⁵. É este entendimento de elite que será tomado neste trabalho e para o qual acredita-se que a coluna reverbera: elites⁶ e agentes do Estado (militares ou não).

⁴ O próprio dono do Jornal do Brasil, Nascimento Brito, diz em uma entrevista em 1976 que o JB seria “um jornal que defende a iniciativa privada, tem tendências liberais e inclinação conservadora”. (SMITH, 2000, p. 53). Além disso, a defesa do mercado como instância reguladora das demandas sociais foi intensamente explicitada e defendida no projeto de modernização da *Folha de S. Paulo* no final dos anos 1970. (SILVA, 2005). Este trabalho não nega a existência de resistências ao regime no jornalismo, pelo contrário. No entanto, o objeto foco dessa pesquisa não é o jornalismo de resistência ou o espaço da imprensa alternativa. Para mais sobre o caráter de resistência do jornalismo durante o regime autoritário, o trabalho de Bernardo Kucinski é essencial. (KUCINSKI, 2003).

⁵ É durante o regime militar que é instituída a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo no Brasil, através do decreto-lei n.º 972 de 1969.

⁶ Importante ressaltar que, ao tomar a noção de elite, este trabalho não está necessariamente adotando uma noção de elite à direita do quadro sócio-político. Também à esquerda há uma elite atuante.



Quanto à questão da abertura política do regime militar brasileiro⁷, trabalha-se aqui com a noção de que as propostas de distensão provinham tanto de setores civis quanto dos militares. Assume-se neste trabalho a posição de que o processo de abertura política do regime autoritário brasileiro foi conduzido pelos militares (que responderam, em boa medida, às disputas internas das Forças Armadas) e pelas elites políticas e econômicas. É muito disseminada a noção de que o envolvimento da sociedade na luta pela liberalização do regime foi amplo e determinante, gerando pressões sobre o governo militar. Algumas correntes de pensamento⁸ exacerbam a insatisfação da sociedade para com o regime como fator determinante para a liberalização.

No entanto, a ênfase demasiada nos movimentos de oposição ao regime militar e de resistência democrática acaba por excluir do jogo os demais agentes da transição, como a própria instituição militar, as elites e seus interesses. Para melhor compreensão do objeto deste trabalho é preciso atentar, sobretudo, para a influência dos grupos militares na decisão de liberalizar o regime e para a negociação política entre as elites na liberalização, na qual setores importantes da imprensa exerceram papel de articulação fundamental no processo.

Para dar conta da questão proposta, este artigo se dividirá da seguinte forma: primeiro, será apresentada parte da história e trajetória de Carlos Castello Branco enquanto jornalista, visando a perceber de que maneira ele se constitui como uma figura de relevância na imprensa antes mesmo do seu ingresso no Jornal do Brasil. Posteriormente serão brevemente apresentados o próprio Jornal do Brasil, observando seu lugar de importância no jornalismo nacional e a constituição da Coluna do Castello, a partir de 1963. Finalmente será feita uma breve análise da coluna através de um dos principais elementos referentes à redemocratização brasileira: a concessão da anistia em 1979.

Carlos Castello Branco

Carlos Castello Branco nasceu no dia 25 de junho de 1920 em Teresina, no Piauí. Mudou-se na juventude para Belo Horizonte e em 1939 ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Enquanto cursava o bacharelado, começou a trabalhar como repórter de polícia no jornal O Estado de Minas, pertencente à cadeia dos Diários

⁷ O regime iniciou-se com um golpe em 1964 e durou 21 anos (1964-1985). Neste trabalho está sendo considerado como início da abertura política do regime o anúncio da mesma pelo presidente e general Ernesto Geisel, que assumiu a presidência em março de 1974.

⁸ Ver, por exemplo, KUCINSKI, 2001.



Associados. Suas atividades como jornalista foram se intensificando e ele veio a tornar-se subsecretário de redação do supracitado jornal, ligando-se à nova geração de escritores e intelectuais mineiros. Em 1944, tornou-se secretário da Agência Meridional de Notícias, em Belo Horizonte. Com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1945, aproximou-se da União Democrática Nacional (UDN), partido conservador. Embora Carlos Castello Branco tivesse relações com as principais personalidades mineiras que organizaram o partido no estado, não chegou a se engajar nele. Também em 1945 foi contratado como subsecretário de O Jornal, órgão líder da cadeia dos Diários Associados, tendo chegado a secretário-geral do referido jornal. Em 1948, deixou o cargo de secretário para trabalhar como analista de política no mesmo O Jornal. Foi nesta época que Carlos Castello Branco começou a publicar colunas assinadas e a intensificar seus contatos políticos. Em 1950, foi convidado por Pompeu de Souza para trabalhar como editor político no recém-remodelado Diário Carioca, tendo criado neste uma coluna intitulada “Diário de um repórter”. Em 1953, começou a trabalhar como editor na Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, e tornou-se correspondente político da Folha de S. Paulo e colaborador do Estado de S. Paulo. Em 1961, com a posse de Jânio Quadros, foi convidado para ser secretário de imprensa do governo, mudando-se para Brasília. Segundo o próprio Carlos Castello Branco, este período possibilitou seu enriquecimento profissional e a aprendizagem de “como funciona a coisa dentro do palácio do governo” e conhecer “quem tem importância e quem não tem”. Em 1962, foi chamado para organizar e chefiar a sucursal do Jornal do Brasil em Brasília e a manter uma coluna política diária neste jornal. Nascia então a “Coluna do Castello”, objeto desta pesquisa⁹.

Diante do supracitado, pode-se considerar o colunista como um intelectual orgânico. Gramsci (1982) aponta para a existência de intelectuais que proporcionam homogeneidade a um determinado grupo social, além da conscientização de sua própria função, no campo econômico, cultural e político. Todo grupo social, então, traria organicamente consigo esta camada de intelectuais. Apesar dessa definição, não se deve cair na falsa noção de inexistência de conflitos - tanto na sociedade, de maneira geral, quanto entre os grupos de elite. Segundo o autor, todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais (GRAMSCI, 1982). Neste sentido, é possível considerar Carlos Castello Branco um intelectual orgânico

⁹ Retirado do verbete *Castello Branco, Carlos*, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós- 1930. FGV-CPDOC.



porque ele agia como um organizador do campo político e cultural, exercendo um papel de mediação entre forças e grupos distintos, atuando como um formador de consensos. No caso que será analisado neste artigo, o da concessão da anistia, este papel exercido pelo colunista é fundamental, pois havia diferentes projetos de anistia em disputa desde antes do ano de 1979. A Coluna do Castello seria um exercício de fluência da representatividade dos grupos de elite, no qual o jornalista sinalizava no sentido de um consenso em torno do projeto de anistia parcial e restrita proposto pelo grupo militar que estava no poder.

A coluna possui grande importância para se compreender a relação entre o sistema político e o sistema midiático no Brasil, pois a aproximação de Carlos Castello Branco com os grupos políticos, militares e outros setores da sociedade civil fizeram da Coluna do Castello um espaço de interlocução. Estas relações foram sendo construídas durante a trajetória do jornalista, e a posição social central que ele ocupava nos campos político e jornalístico lhe permitiu um relativo raio de ação, além de um discurso influente – primordialmente entre as elites comprometidas com a agenda da abertura política. Em outras palavras, a legitimidade de Carlos Castello Branco foi constituída historicamente, através de um processo de construção de autoridade¹⁰ do jornalista enquanto agente.

Segundo a teoria de Bourdieu (1999), todo campo deve partir de um capital, que é aquilo está em jogo no campo. Este capital está diretamente relacionado à posição que o indivíduo ocupa no campo, pois lhe confere poder. Há uma correspondência entre o agente e a sua trajetória: o sujeito deve ter uma trajetória no campo, que lhe confere capital e o predispõe à ação (BOURDIEU, 1999: p. 183-202). Assim, é possível pensar Carlos Castello Branco como um jornalista que possuía certo capital acumulado: um conjunto de relações políticas e jornalísticas, que foi sendo construído em sua trajetória de vida e o torna fundamental, fazendo-o ocupar um lugar central de mediação entre grupos articulados e a elite interessada em conduzir o processo.

¹⁰ Barbie Zelizer coloca que a autoridade cultural age como uma fonte de conhecimento codificado que orienta as pessoas acerca de padrões adequados de ação. A autoridade jornalística, segundo a autora, se constitui na capacidade dos jornalistas de se afirmarem como porta-vozes legitimados e confiáveis da “realidade”. A autoridade jornalística seria um caso específico de autoridade cultural na qual os jornalistas determinam o seu jeito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo. (ZELIZER, 1992, p. 1-13).



O Jornal do Brasil e a Coluna do Castello

A opção pela Coluna do Castello se dá não somente pelo fato do colunista ter sido um dos jornalistas políticos mais conceituados da época, como também pelo fato do Jornal do Brasil ser um impresso diário de circulação nacional. Carlos Castello Branco absorveu o capital do jornal e, ao mesmo tempo, emprestou seu próprio capital a este último, ambos se legitimando mutuamente como intérpretes privilegiados da realidade. O Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, foi um dos pioneiros na reforma do jornalismo brasileiro, iniciada nos anos 1950. Embora o Diário Carioca tenha sido o primeiro jornal a adotar sistematicamente as novas técnicas (como o *lead*, a pirâmide invertida, entre outras), os jornais Tribuna da Imprensa, Última Hora e o próprio Jornal do Brasil (JB) também foram modernizados no período. O JB é então um dos primeiros jornais a adotar as práticas discursivas advindas do jornalismo estadunidense, como por exemplo os critérios de objetividade jornalística. O projeto visava a substituir um modelo de jornalismo próximo do francês – que possuía ênfase no comentário e na opinião, além de uma aproximação do gênero literário – pelo modelo de jornalismo dos Estados Unidos, baseado na informação “objetiva” e “imparcial” da notícia. Inovações gráficas no que tange à padronização de títulos e manchetes também ocorreram, sendo o JB um dos pioneiros de um estilo de jornalismo mais ordenado graficamente (RIBEIRO, 2003).

Embora a modernização do jornalismo brasileiro da década de 1950 seja um marco fundamental, tal reforma foi feita de cima para baixo, sendo um sistema colocado em prática de maneira vertical pelos editores dos jornais. Isto é completamente diferente do largo processo econômico e cultural de mudanças de valores e práticas jornalísticas dos Estados Unidos, que conformou a regra da objetividade nesse país. Neste sentido, a modernização do jornalismo brasileiro na década de 1950 foi autoritária e a figura do *copy-desk* garantiu a execução das novas regras impostas (ALBUQUERQUE & GAGLIARDI, 2011). O jornal Diário Carioca foi o primeiro a instituir o *copy-desk* que tinha, entre outras funções, revisar as matérias e reescreve-las, se necessário, para enquadrá-las nas novas normas redacionais. O *copy-desk* se torna assim, no Brasil, uma figura de grande prestígio dentro das redações. Neste quadro, um novo time de jornalistas, sem os antigos vícios do modelo anterior, foi sendo mobilizado. Os cursos superiores de jornalismo foram sendo criados durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e se expandiram após a década de 1950. A formação de uma elite intelectual, buscada



pelo governo Vargas para aprimorar o aparelho de Estado pela técnica, teve sua importância na profissionalização do jornalismo¹¹.

É neste contexto que emerge a importância de Carlos Castello Branco e seu capital jornalístico: segundo o próprio colunista, sua função nos Diários Associados em 1950 era a de “pauteiro-chefe de reportagem-*copydesk*” (CHAGAS, 2006, p. 32). A partir de 1949, o jornalista começara a atuar também como repórter político. Pompeu de Souza, editor chefe do Diário Carioca e um dos principais nomes relacionados à modernização do jornalismo, convidara o jornalista para trabalhar no Diário a partir de 1950. Segundo o próprio Castello, “Pompeu de Souza percebeu que meu texto adotava as normas que ele queria no Diário Carioca. Então, me convidou para ser editor político do Diário Carioca; me ofereceu um salário fora de pauta, fora dos padrões”. (CHAGAS, 2006, p. 34). Quando Carlos Castello Branco ingressou no JB, em 1963, e iniciara sua coluna diária, já era um jornalista de grande capital político e jornalístico. Da mesma forma, o JB era um jornal de grande capital político e econômico. Na década de 1970, quando se inicia a abertura política do regime militar, o Jornal do Brasil era o jornal de circulação nacional tido como modelo de jornalismo. José Marques de Melo, um dos maiores jornalistas brasileiros, professor e grande responsável por implementar o departamento de Jornalismo da Universidade de São Paulo (USP) dissera que “A Folha de S. Paulo, que significou nos anos 80 um modelo hegemônico de jornalismo; como nos anos 70 era o Jornal do Brasil” (VIEIRA FILHO, 1991, p. 154). Neste sentido, tomar a Coluna do Castello como *corpus* desta pesquisa é essencial, tanto pelo próprio colunista quanto pelo espaço no qual a coluna está inserida, o Jornal do Brasil.

Jornalismo e Comunicação Entre Elites

Parte-se aqui do pressuposto de que a mídia jornalística que se auto-afirma como informativa, sempre foi um fórum importante de comunicação entre elites, mais do que da população de maneira geral, e a mídia geralmente reforça entendimentos políticos que na verdade são visões das elites políticas¹² (SCHUDSON, 2002: p. 253). Como visto anteriormente, boa parte dos jornalistas fazem parte de uma classe média escolarizada e, mesmo que não tenham as mesmas opiniões e posições ideológicas, eles

¹¹ O curso de Jornalismo foi criado por Getúlio Vargas através do Decreto nº. 5.480 de 13 de maio de 1943. Ver RIBEIRO, 2003.

¹² Schudson está tratando dos grandes conglomerados dominantes de mídia (sejam comerciais ou estatais), e não especificamente do jornalismo. No entanto, alguns jornais de grande circulação também fazem parte do que pode ser caracterizado “mídia dominante” – o que acredita-se ser o caso do Jornal do Brasil na década de 1970.



(...) ocupam uma posição em linhas gerais similar no espaço social, fruto de trajetórias similares, de padrões comuns de socialização (nas universidades e nas redações), e por isso se acercam desse mundo social de uma forma única. Para dar um exemplo simples, a posição de “classe média” comum aos jornalistas repercute no predomínio indiscutível de uma perspectiva de “classe média” na imprensa (MIGUEL, 2001, p.65).

Ao trabalhar com os principais jornais de Nova York na década de 1890, Michael Schudson aponta para a existência de dois tipos de jornalismo: o de informação e o de narração. Haveria uma conexão entre a classe média educada e a informação, assim como haveria uma conexão entre as classe trabalhadoras e o ideal de narração dos jornais sensacionalistas (SCHUDSON, 1978). Na verdade, a questão que se coloca é a de uma economia moral em torno do consumo do jornal, na qual o jornalismo de informação e o ideal de objetividade que viria a ser conformado se aproximariam das noções de elite¹³. Da mesma forma, o Jornal do Brasil se aproxima deste modelo de jornalismo de informação, baseado nos critérios de objetividade jornalística, se aproximando também de uma perspectiva de elite.

Apesar da circulação de massa do Jornal do Brasil durante o regime militar, o jornal era conservador e se dirigia, de fato, a uma minoria. Alberto Dines, um dos jornalistas de renome da reforma do JB, fora demitido em 1973 por não aceitar a censura no jornal.

Em 1973, Alberto Dines foi demitido. Segundo ele declarou, em entrevista a O Pasquim, sua demissão ocorreu porque não aceitava a censura imposta e discordava das atitudes do responsável pela empresa. Afinal, a linha editorial do JB continuava a apresentar uma feição conservadora, de acentuada influência católica. O jornal apoiou o golpe militar e, em 1979, Nascimento Brito ainda afirmava: “O golpe de 64, o JB apoiou e apóia até hoje. Antes, durante e depois. (...)”. (RIBEIRO, 2007, p.163).

Além do caráter conservador do jornal, a própria relação de Carlos Castello Branco com as elites políticas e jornalísticas já denotava um olhar conservador por parte do colunista – quando trabalhava em Belo Horizonte, por exemplo, o jornalista aproximara-se da UDN, partido conservador mais à direita do quadro político após o fim do Estado Novo (1945). Obviamente, é preciso perceber se havia existência de limites na circulação intra-elites da coluna, mas não se pode ignorar o fato de que o colunista ocupava um lugar de elite e possuía afinidades com grupos de intelectuais -

¹³ Schudson aponta que as pessoas mais ricas liam o *Times* (jornal de informação), enquanto as pessoas menos ricas liam o *World* (jornal de narração). Segundo o autor, o *Times* era um jornal importante lido por pessoas importantes. As pessoas ricas o liam atraídas por seu conservadorismo, sua decência e exatidão. Muitas pessoas não pertencentes às elites compravam o *Times* pelo simples fato de que a elite o lia. Adolph Ochs, dono do jornal, teria ambição de produzir um jornal culto para os intelectuais. (SCHUDSON, 1978).

sendo o diálogo da coluna focado, em grande medida, para esses grupos. Entre agentes do Estado, elites e povo, Carlos Castello Branco se dirigia mais aos dois primeiros do que ao último. Esta característica não é exclusiva do jornalismo brasileiro:

No nosso país [Itália], um jornalista político pode contar com mil e quinhentos leitores: os ministros e os subsecretários (todos eles), os membros do parlamento (alguns), os dirigentes dos partidos e dos sindicatos, o clero do topo e aqueles indústrias que querem mostrar-se bem informados. O resto não conta, mesmo que um jornal venda trezentos mil exemplares. (...). Todo sistema está organizado em torno da relação do jornalista com aquele grupo de leitores privilegiados. (FORCELLA Apud HALLIN & MANCINI, 2010: p. 108).

Além da Itália, outros países possuem semelhanças históricas com o Brasil, alguns inclusive com experiências ditatoriais em sua história recente. Hallin e Mancini (2010), em seu estudo comparado sobre sistemas de mídia, sinalizam três países que passaram a pouco tempo de um regime autoritário para um regime democrático: Grécia, Portugal e Espanha. A transição do regime autoritário para o democrático, no caso espanhol, se aproxima muito da transição brasileira. A Espanha é um caso exemplar de transição negociada¹⁴. Ambas as transições, espanhola e brasileira, foram negociadas e bem-sucedidas, com alto grau de controle das elites sobre o processo (MATHIAS, 1995: p. 39). Os meios de comunicação foram instituições primordiais nesses processos de transição negociada gradual e dirigida por elites.

Num sistema destes, os media – em especial os jornais – serviram e participaram historicamente neste processo de negociação. Eles constituem um meio importante que permite às elites acompanhar e comentar o progresso das negociações, estabelecer uma agenda, assinalar posições e compromissos, exercer pressões recíprocas e chegar a um acordo (HALLIN & MANCINI, 2010, p. 144).

Em uma aproximação entre os casos espanhol e brasileiro nesta perspectiva, a coluna política de Carlos Castello Branco se constituiu em um lugar de mediação entre elites políticas. Dito de outra forma, seria plausível pensar que as análises políticas do colunista destinavam-se mais a público relativamente articulado e/ou engajado do ponto de vista político do que ao conjunto heterogêneo de leitores de jornais. O capital por ele acumulado que lhe conferia autoridade e um lugar de fala privilegiado para mediar os interesses diversos dos grupos, à direita e à esquerda do quadro político engajados nos debates sobre anistia política.

¹⁴ Maria Aparecida de Aquino aponta que o conceito de transição “negociada” ou “transada” é do cientista político argentino Guillermo O’Donnell. O referido autor cunhou dois modelos de análise para as transições de regimes autoritários: a transição por crise ou colapso (cuja exemplaridade seria o caso argentino) e este segundo modelo de transição, com uma longa agenda de transição negociada através de acordos ou pactos. Neste segundo caso, o autor toma como exemplo a Espanha e coloca que, na América Latina, os casos são os de Brasil e Equador. (AQUINO, 1994: p.179-181).



Coluna do Castello, Anistia e Agendamento

Carlos Castello Branco oferecia em sua coluna interpretações da política, o que permite questionar até que ponto a noção de objetividade pode realmente dar conta da dimensão política. Há dificuldade de se estabelecer, no âmbito da reportagem política, que um jornal ou espaço seja mais imparcial do que outro (SCHUDSON, 1978). No entanto, a defesa de um discurso baseado em fatos era também a defesa do lugar de fala de Carlos Castello Branco, enquanto profissional especializado e autorizado a fazer interpretações do cenário político.

Quanto ao núcleo da questão posta pelo Sr Célio Borja, em resposta a hipóteses por mim levantadas, lembraria apenas ao honrado representante do Rio de Janeiro que, mesmo quando me aventuro a especulações e à formulação de hipóteses, não esqueço a lição segundo a qual o jornalista deve partir da informação relativa a fatos concretos. A consciência não me acusa de ter, no caso em debate, me afastado dessa norma de trabalho profissional. Não aponte culpados, mas procurei identificar resíduos de um tipo de resistência, que o ex-Presidente Geisel atribuía a "bolsões revolucionários, sinceros, mas radicais". (CASTELLO BRANCO, 26/05/79).

Este trecho permite compreender também a circularidade da coluna. O colunista travava um diálogo direto com o deputado federal Célio Borja, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao governo militar. Mas, mesmo quando não está explícito a quem a fala se dirige, é possível perceber a intenção do colunista em dialogar com elites políticas e agentes do governo. Quando o jornalista se referiu diretamente aos "bolsões sinceros, mas radicais" de Ernesto Geisel, está na verdade apontando para os militares mais comumente atrelados à "linha-dura"¹⁵, que em geral eram contra as propostas de distensão, sobretudo à questão da anistia política.

Para melhor compreensão do objeto deste trabalho é preciso atentar, sobretudo, para a influência dos grupos militares na decisão de liberalizar o regime e de conceder a anistia. As Forças Armadas procuram conter e dirigir a transição, lidando com as elites e com os conflitos internos entre os diversos grupos militares – heterogêneos – e seus diferentes projetos, rivais e excludentes. Por fim, tem-se a opção de um relaxamento do autoritarismo que ocorre de forma negociada, com a liderança do próprio grupo governista.

¹⁵ Faz-se necessário aqui ressaltar que este trabalho não adota a dicotomia em torno da dualidade militar entre "linha-dura" e "castelistas ou moderados". Há diversos trabalhos refutando esta pretensa homogeneidade em torno de dois grupos militares, sendo as vozes nas Forças Armadas muito mais heterogêneas. No entanto, há uma certa radicalidade comum aos militares mais ligados ao aparelho repressivo.



O próprio projeto de anistia que foi aprovado não era, por exemplo, o dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), que lutavam por uma anistia ampla, geral e irrestrita, mas o do governo militar. O projeto de reconciliação da sociedade brasileira era o projeto dos setores comprometidos com o governo. Este projeto não era nem amplo, nem geral e nem irrestrito, deixando de fora da Lei da Anistia os responsáveis pelos chamados crimes de sangue, de acordo com o parágrafo 2º do art. 1º, “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”¹⁶.

A lei aprovada em 1979 livrava ainda os funcionários dos órgãos de Estado responsáveis por torturas, ao considerar anistiados, de acordo com o parágrafo 1º do art. 1º, “os crimes conexos de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”¹⁷. “Conexos”, palavra que isentaria os responsáveis por crimes de tortura, dando o tom recíproco da anistia. A palavra servia de garantia para o pós-1979 e absolvía antecipadamente qualquer acusação contra agentes públicos responsáveis por torturas durante a ditadura brasileira.

Mesmo assim, havia resistências de grupos militares mais “radicais” e contrários não só à anistia quanto à distensão “lenta, segura e gradual” iniciada pelo presidente Ernesto Geisel. Carlos Castello Branco referenciara implicitamente os militares contrários à proposta de anistia e, de certa forma, agendou a necessidade de cessarem as revisões de processos, devendo o governo avançar em direção a uma anistia.

Alguma coisa detém o General-Presidente na emissão da ordem ao Ministro da Justiça e há de supor-se que ele esteja enfrentando o mesmo tipo de pressão que sofreu nos momentos agudos das greves paulistas. São as mesmas forças hostis à abertura, temerosas do exercício da liberdade, inclusive da liberdade de imprensa, que estão desacelerando o processo. Parece óbvio que se pretende recolocar o problema de modo a evitar a anistia propriamente e se retornar à superada fórmula inicial e imprópria da revisão de cassações e de processos. Já se sabe que isso é impossível. Ou vem a anistia ou nada virá e o compromisso do Governo é a anistia, com exclusão das pessoas acusadas de praticarem crimes de sangue. (CASTELLO BRANCO, 25/05/1979).

O colunista apontou para o projeto defendido pelo governo: o de uma anistia restrita, que excluiria certos tipos de delitos. Nesta linha, a imprensa assim como os meios de comunicação de uma maneira geral, não apenas refletem passivamente as agendas para os discursos políticos como também ajudam a estabelecê-las (GITLIN, 1980). A imprensa inclusive sugere, por vezes, como as elites políticas devem agir. No

¹⁶ Lei N.º 6.683 de 28 de Agosto de 1979 – DOU de 28/8/79 – Lei da Anistia.

¹⁷ Idem, 28/8/1979.



caso da anistia, havia a possibilidade do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), votar contra o projeto de anistia limitada do governo. Carlos Castello Branco então dialogara em sua coluna diretamente com as lideranças do MDB, colocando para a oposição que seria um equívoco não aceitar o projeto de anistia proposto pelo governo, assumindo uma postura de conciliação.

Na medida em que são válidas as previsões cronológicas sobre temas políticos que desbordem de imperativos legais, pode-se prever, a esta altura, que o projeto de uma ampla anistia política será encaminhado pelo Governo ao Congresso até o final do mês de junho. A votação de projeto dessa natureza deverá ser automática, a não ser que a Oposição, mal-informada sobre a eficácia dos seus movimentos de pressão, pretenda estender as discussões e ganhar tempo junto à opinião pública na defesa da extensão da medida aos terroristas, que serão expressamente excluídos. (CASTELLO BRANCO, 18/05/1979).

Neste sentido, a coluna se firmara como um lugar de interlocução com determinados grupos de dentro do Estado com outros localizados na sociedade civil. O colunista foi um agente que estabeleceu marcadamente em seu discurso que o MDB agiria de maneira errada ao optar por votar contrariamente ao projeto de lei de anistia encaminhado pelo governo. Ao falar em “terroristas que serão expressamente excluídos”, o colunista evidenciou sua postura em relação à defesa do projeto governista para a anistia.

Neste sentido, Carlos Castello Branco assumiu uma tarefa de mediação entre os líderes partidários – se dirigindo diretamente à elite política do país. Interessante perceber também que a coluna é relativa ao mês de maio de 1979, três meses antes da votação do projeto de lei, que ocorrera em agosto de 1979. Tal fato evidencia um intenso e longo debate acerca da concessão de anistia no país – tão longo que iniciara-se ainda durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Em janeiro de 1979, no penúltimo mês do mandato de Geisel, Carlos Castello Branco já apontava para a definição de anistia parcial e restrita do general Figueiredo, o que evidencia que o debate iniciara-se muito antes.

As diretrizes são conhecidas, pois o General Figueiredo já definiu a anistia como limitada a crimes políticos, excluídos os atos de terrorismo, como os de morte e assaltos a bancos e outras empresas. A Oposição mantém-se fechada na tese da anistia ampla e irrestrita, mas o Ministro tentará a negociação dentro dos parâmetros traçados pelo Governo. Ainda que com ressalvas, a Oposição dificilmente bloquearia um projeto de anistia, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República e que iria beneficiar centenas de pessoas punidas por delitos políticos. (CASTELLO BRANCO, 25/01/79).



Este trecho da coluna é emblemático em vários sentidos. Primeiro, por colocar em pauta um debate que já estava sendo travado pelo futuro presidente Figueiredo quanto à concessão da anistia, mesmo antes de sua posse. Segundo, Carlos Castello Branco mais uma vez incitou a oposição a uma determinada ação: assim como colocara que a oposição estaria “mal-informada” ao votar contra a anistia, neste trecho sugerira que a anistia – iniciativa do presidente, como exaltado por ele – beneficiaria centenas de pessoas e bloqueá-la não seria a melhor decisão.

Conclusão

Pretendeu-se neste trabalho mostrar que a Coluna do Castello dialogava de fato com um público menor do que aquele que consumia o jornal. Carlos Castello Branco assumira a tarefa de mediação entre elites na questão da anistia, visto que as elites possuíam opiniões por vezes divergentes na transição brasileira – como a oposição entre governo e MDB. Neste sentido, o próprio caráter conservador do jornal e da coluna possibilitaram um agendamento do tema e um espaço de interlocução entre diferentes projetos de abertura do regime militar brasileiro, mediante um esforço de negociação da transição do regime autoritário para o democrático no Brasil.

É possível aproximar essa dinâmica do que Barrington Moore Jr (1983) chama de modernização conservadora, na qual a transição rumo à democracia foi feita de forma pacífica, pelo alto, através de um pacto intra-elites. Segundo o autor, o êxito do processo depende de duas circunstâncias. Uma, o surgimento no bloco conservador de uma chefia com habilidade suficiente para cooptar os grupos reacionários menos receptivos à transição. A outra, é a necessidade desta chefia se desvincular de sua classe e assim simbolizar os anseios nacionais. (MOORE Jr., 1983: p. 435)

O fato de não existir no contexto do final dos anos 1970 uma personalidade carismática que pudesse simbolizar este arranjo conservador só reforça o papel de certos setores da imprensa como mediadores dos grupos políticos interessados em manter a transição dentro de marcos estáveis, sem maiores sobressaltos. Daí a utilização do conceito de intelectual orgânico para se interpretar o lugar ocupado no processo pelo colunista como um organizador do campo político, um agente fundamental para explicitar e viabilizar as discussões entre os grupos articulados e comprometidos com a agenda da abertura dentro do gradualismo pensado pelos militares.

Pode-se dizer, então, que a abertura política do regime militar brasileiro foi amplamente conduzida por setores das Forças Armadas e associados a grupos de elites



para os quais a manutenção de uma agenda de mercado era fundamental. Isso não quer dizer que não houve ativismo dos setores da sociedade civil. Mas, na perspectiva deste trabalho, a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral legitimou esse processo.

Assim, não é possível desconsiderar o protagonismo de setores da imprensa de massa nesse arranjo, dentre eles a Coluna do Castello, bem como o Jornal do Brasil, responsáveis por manter uma agenda de debates em torno da transição dentro de determinadas balizas. Em uma sociedade cuja transição foi negociada, através de um pacto de elite que visava a garantir o processo de forma segura, os meios de comunicação foram fundamentais para a agenda do consenso.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso e GAGLIARDI, Juliana. The Copy Desk and the Dilemmas of the Institutionalization of “Modern Journalism” In Brazil. **Journalism Studies**, 12: 1, 80 — 91, 2011.

AQUINO, Maria Aparecida de Aquino. **Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil**. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH, USP, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. – 5ª Ed. - São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. Espaço Social e Gênese das Classes. In: **O Poder Simbólico**. – 8ª Ed. - São Paulo: Bertrand Brasil, p. 133-161, 2005.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. – 6ª Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left**. Berkeley [etc]: University of California Press, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. – 4ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

HALLIN, Daniel C. e MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media: Estudo Comparativo: Três Modelos de Comunicação e Política**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. - 2. ed. - São Paulo: EDUSP, 2003.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil – O Projeto Militar (1973-1979)**. Campinas, SP : Papyrus Editora, 1995.



MOORE Jr. Barrington. **As Origens Sociais da Democracia e da Ditadura**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MIGUEL, Luis Felipe. O Jornalismo Brasileiro Representa Quem? **Cadernos do CEAM**, UNB, Ano II, nº 6 : 61-70, 2001.

PETRARCA, Fernanda Rios. Construção do Estado, Esfera Política e Profissionalização do Jornalismo no Brasil. **Revista de Sociologia e Política** v. 18, nº 35 : 81-94, Fev. 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: nº. 31: 147-160, 2003.

_____. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SCHUDSON, Michael. Stories and information: two journalism in the 1890s. In: **Discovering the news: a social history of American newspapers**. [USA]: Basic Books, p.88-120, 1978.

_____. The Newsmedia as Political Institutions. **Annual Review of Political Science**. v. 5, p. 249-269, 2002.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias: Seis Mil Dias Depois**. São Paulo, PubliFolha, 2005.

SMITH, Anne-Marie. **Um Acordo Forçado: o Consentimento da Imprensa à Censura no Brasil**. Tradução de Waldívia M. Portinho. – 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

VIEIRA FILHO, Geraldo. **Complexo de Clark Kent: são super-homens os jornalistas?** São Paulo: Summus, 1991.

ZELIZER, Barbie. Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority. In: **Covering the Body: The Kennedy Assassination, The Media, and the Shaping of Collective Memory**. Chicago & London: University of Chicago Press, p. 1-13, 1992.

Fontes Primárias

CASTELLO BRANCO, Carlos. O desafio aceito por Portella. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 25 jan.1979.

_____. Anistia Como Preliminar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 18 maio 1979.

_____. Governo Aprende a Vencer Pressões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 25 maio 1979.

_____. Os Militares e a Anistia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 26 maio 1979.

BRASIL. Lei N.º 6.683, de 28 de Agosto de 1979 – **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 ago 1979. (Lei da Anistia).